

PROJETO DE LEI Nº 011/2024

EMENTA: Denomina a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrestina (APAE), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE AGRESTINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais que lhes confere o Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresenta à apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica denominado a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrestina, localizado no Município de Agrestina, Estado de Pernambuco, como “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrestina Ângela Maria de Brito Silva”, (APAE).

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Agrestina, Pernambuco, autorizado a mandar confeccionar e colocar placa ou letreiro alusiva a denominação a que se refere o art. 1º desta Lei, e consequentemente utilizar os recursos financeiros orçamentários necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º - Deverá o Município fazer constar na referida placa de identificação o nome dos autores do referido projeto, em cumprimento ao que determina a Lei Municipal Nº 1.468/2021.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Agrestina, Pernambuco, em 22 de abril de 2024.

DESPACHO:

Arquivar o referido Projeto de Lei em razão da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrestina (APAE) ser proposta privada e não se adequar às normas Constitucionais vigentes para denominação pública.

Visto em: 03/05/24

Saulo Alves Batista
Vereador Autor

Emília Alves Fernandes
Vereadora Autora

João Antônio Leite
Vereador Autor

José Aparecido da Silva
Vereador Autor

PRESIDENTE





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CERTIDÃO DE ÓBITO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

NOME:

ANGELA MARIA DE BRITO SILVA

CPF

689.256.974-91

MATRÍCULA:

074559 01 55 2023 4 00023 082 0006915 47

SEXO

Feminino

COR

Parda

ESTADO CIVIL E IDADE

Casada, 61 anos

NATURALIDADE

Agrestina-PE

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

CPF nº 689.256.974-91, RG nº 2030441 SDS/PE
emitido em 04/07/2022, Título de eleitor nº
023766330868 zona 086 seção 0010 da cidade de
Agrestina-PE emitido em 22/05/2017

ELEITOR
Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

Filha de LUIZ GONSAGA DE BRITO e de MARIA LADJANE DE BARROS BRITO. Residência da falecida: RUA MARIA ELIETE DE LIMA TAVARES, nº 53, CASA, CENTRO, Agrestina-PE

DATA E HORA DE FALECIMENTO

Quinze de novembro de dois mil e vinte e três, às 7h27min.

DIA

15

MÊS

11

ANO

2023

LOCAL DE FALECIMENTO

HOSPITAL MEMORIAL ALZIRA RIBEIRO, RUA JOÃO DE DEUS, 310, CENTRO, Agrestina-PE

CAUSA DA MORTE

CA PULMÃO

SEPULTAMENTO - CREMAÇÃO

CEMITERIO CÔNEGO JULIO CABRAL, RUA
CONEGO JULIO CABRAL, Agrestina/PE

DECLARANTE

AURYA RENATA DE BRITO SILVA, nacionalidade BRASILEIRA, RG
nº 8879521, SDS/PE, CPF/MF nº 103.260.794-75, profissão Auxiliar
administrativo, estado civil solteira, residente na RUA MARIA
ELIETE DE LIMA TAVARES, 53, CENTRO, AGRESTINA-PE, filha da
falecida

NOME E Nº DE DOCUMENTO(DOS) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO

DR FRANCISCO CARLOS ROCHA CARVALHO, CRM 8319

AVERTICÕES - ANOTAÇÕES A ACRESCER

Ato registrado no livro C-23, às folhas 82, sob o nº 6915. Data do registro: 17 de novembro de 2023. Data do óbito: 15 de novembro de 2023. Profissão da falecida: PROFESSORA. Data de nascimento da falecida: 22 de maio de 1962. Era portadora do título de eleitor nº 023766330868, Zona 086, Seção 0010. Casada com JOSÉ BERIVALDO DA SILVA aos 23/01/1988, em Agrestina-PE, Livro B-AUX 02, folha 11, nº 1212. Deixou bens, não deixou testamento, era eleitora, deixou dois filhos maiores.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

CPF nº 689.256.974-91, RG nº 2030441 SDS/PE emitido em 04/07/2022, Título de eleitor nº 023766330868 zona 086 seção 0010 da cidade de Agrestina-PE emitido em 22/05/2017

* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Nome do Ofício

Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Agrestina
Oficial Registrador
Maria Jaelinda dos Santos

Município/UF

Agrestina/PE

Endereço

Rua Clementino Ferreira de Andrade, 62

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Agrestina, 17 de novembro de 2023.

Maria Jaelinda dos Santos
Oficial

Cartório do Registro Civil das
Pessoas Naturais de Agrestina-PE
Maria Jaelinda dos Santos
Oficial Titular



Selo Digital
0074559 LFR10202301.00429
Consulte autenticidade em
www.tjpe.jus.br/selodigital

arpenpe AA 002012244 P



PARECER JURÍDICO

EMENTA: CONSULTIVO. ANÁLISE DE PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DE VEREADOR. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 011/2024. DENOMINAÇÃO DO PRÉDIO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AGRESTINA (APAE).

1. RELATÓRIO

Por solicitação consultiva emanada da Câmara de Vereadores do Município de Agrestina – PE, chega ao crivo desta assessoria pedido de análise jurídica acerca do Projeto de Lei apresentado à câmara municipal desta urbe.

Trata-se de projeto de lei ordinária que visa denominar o prédio da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrestina (APAE).

Este referido projeto de lei fora apresentado pelos vereadores Saulo Alves Batista, Emília Alves Fernandes, João Antônio Leite e João Aparecido da Silva, datado de 22/04/2024.

É, em abrupta síntese, o que cabe relatar.

2. DA IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE LEI

Trata-se de projeto de lei ordinária, de iniciativa do legislativo, com número 011/2024, datado em 22 de abril de 2024, com a seguinte descrição:

Denomina a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrestina (APAE) e dá outras providências.

Consta em seu bojo o referido projeto esboçado em 5 artigos, sem parágrafos, incisos ou alíneas, sem acompanhamento de qualquer documento da pessoa à qual se homenageará com a referida denominação, a senhora **ÂNGELA MARIA DE BRITO SILVA**, e sem histórico descritivo da homenageada.

3. DO OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS DO PROJETO NORMATIVO

Consultando o projeto apresentado, entende-se que se nomeará aquele prédio **pertencente a uma Associação Privada** em homenagem à pessoa cuja trajetória de vida não se encontra descrita junto ao projeto em apreciação, também não se apresentou qualquer justificativa à referida homenagem.

4. DA ANÁLISE JURÍDICA DO PROJETO

A) DA AUTONOMIA E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL

Ao referido município é garantida a autonomia política, administrativa e financeira, nos moldes de sua lei orgânica (artigo 1º, Lei Orgânica Municipal, sem número), na Seção I – Disposições Gerais, do Capítulo I – Do município, Do Título I – Da Organização Municipal:

Art. 1º- O Município de Agrestina, Estado de Pernambuco, Pessoa Jurídica de direito público interno, no uso pleno de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica, votada e aprovada por sua Câmara Municipal, pela Constituição Estadual e a Constituição da República.

Outrossim, conforme art. 4º da Lei Orgânica Municipal, aduz-se competir ao município, entre outras, **a possibilidade sua de legislar sobre assuntos de**

interesse local, de forma suplementar às legislações federais e estaduais no que couber.

Para mais, faz-se competente o município para criar, organizar e suprimir distritos, observado o disposto nesta Lei Orgânica e na Legislação Estadual (vide inciso IV do artigo acimado), bem como promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial (inciso VIII do mesmo dispositivo susodito).

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA PRIVADA

Art. 4º - Ao Município de Agrestina, compete:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a Legislação Federal e Estadual no que couber;

III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV – criar, organizar e suprimir distritos, observado o disposto nesta Lei Orgânica e na Legislação Estadual;

VIII – promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

B) DA POSSIBILIDADE DE INICIATIVA DE LEIS POR VEREADORES:

A lei orgânica municipal garante que seja dada iniciativa a leis por parte de vereadores, conforme cabeça do art. 32 seu:

Art. 32- A iniciativa de leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal.

Logo, trata-se de projeto de lei ordinária, cuja iniciativa fora de vereador desta casa legislativa, encontrando guarida para sua apreciação consoante aos incisos III do art. 30 e 32 da Lei Orgânica desta edilidade.

5. DA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI

A) DA POSSIBILIDADE DE NOMEAÇÃO DAQUELE PRÉDIO

Feitas tais ressalvas, no mais, a matéria que se veicula em tal projeto não se adequa aos princípios constitucionais e de competência legislativa assegurada ao ente municipal, insculpidos no art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988, uma vez que o prédio ao qual se quer dar um novo nome é de propriedade privada e pertencente a uma associação privada, não havendo, assim, algum fator que justifique interesse público/social local, bem como nada que justifique esforços públicos para empenhar recursos em algo que pode ser facilmente realizado pelo ente dono do imóvel.

B) DA VEDAÇÃO DE NOMEAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS COM NOME DE PESSOA VIVA

Por fim, cumpre destacar que a Lei Orgânica desta urbe, ainda, prevê vedações relativas às possibilidades de denominação de logradouros dentro dos limites físicos do município, constando, entre aquelas, **a impossibilidade de nomear espaços públicos – caso o espaço fosse público, também não poderia levar esse nome, uma vez que não foi apresentado nenhum predicado e/ou documento da possível homenageada - com nome de pessoas vivas**, como se depreende da leitura do art. 145 daquela norma:

Art. 145 – Não se darão nomes de pessoas vivas a qualquer localidade, logradouro ou estabelecimento público, nem se lhes erigirão quaisquer monumentos, e, ressalvadas as hipóteses que atentem contra os bons costumes, tampouco se dará nova designação aos que forem conhecidos do povo por sua antiga denominação.

Desta feita, observa-se que não houve juntada de documentação (certidão de óbito) referente à pessoa a quem se busca homenagear com o referido projeto de lei. Sendo ao caso não comprovado que a homenageada é pessoa não viva, não sendo possível que a homenagem seja feita como pretendida no projeto.

Não obstante, devem o andamento do projeto e o processo de designação de mudança obediência à Lei Municipal 1.468/2021, que trata sobre os critérios de denominação de ruas, praças, monumentos, obras e edificações públicas no município de Agrestina, como alegado no art. 3º deste projeto.

6. CONCLUSÃO

Ex positis, da análise empreendida, **OPINO** pela impossibilidade de o Município denominar prédio privado com nome de pessoa que não se sabe estar viva dentro de seus limites territoriais, tudo isso com fulcro no artigos 30 da CRFB 1988, e nas disposições apontadas na Lei Orgânica desta urbe.

Por essas razões, **apresenta-se parecer não favorável à sua apreciação por esta Casa Legislativa**, para a avaliação que lhe compete, não recomendando sua regular tramitação **já que também não foi apresentada a documentação indicada**, bem como não seja o projeto de lei aqui em comento enviado ao Plenário, órgão soberano, para discussão e votação.

É, S.M.J, o Parecer, que submeto ao crivo superior.

Agrestina - PE, 06 de abril de 2024.

JULIO TIAGO DE CARVALHO
RODRIGUES:03909939481

JULIO TIAGO DE CARVALHO
RODRIGUES:03909939481

JULIO TIAGO DE C. RODRIGUES

OAB/PE 23.610